

## DISCURSOS E PRÁTICAS SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO CONTEXTO ESCOLAR

Francisca Maria da Silva Barbosa (Graduanda – Pedagogia – URCA)  
[francisca\\_msb@hotmail.com](mailto:francisca_msb@hotmail.com)

Iara Maria de Araújo (Doutora em Sociologia – URCA)  
[Iara.mar@terra.com.br](mailto:Iara.mar@terra.com.br)

A temática de gênero vem sendo discutida desde as décadas de 70 e 80 período em que ingressou no círculo acadêmico. Desde então, o movimento feminista e outros estudiosos vem problematizando a questão da construção de sujeitos masculinos e femininos a partir das normas culturais de cada sociedade. O objetivo desse texto é discutir o papel do processo educativo na construção das identidades femininas e masculinas ressaltando que o ambiente escolar nem sempre forma sujeitos livres, mas muitas vezes, indivíduos enclausurados em papéis rígidos que reforça as desigualdades sociais. Ao entrar na escola a criança se encontra no início da formação de sua identidade, começando então a incorporar as determinações do que é ser homem e ser mulher. A visão estereotipada do que homens e mulheres podem/ou não ser, devem/ou não fazer, acabam sendo naturalizadas, e quando ocorrem as transgressões, geram incômodos e conflitos. Quando um indivíduo de determinado sexo apresenta atitudes e comportamentos do outro sexo ou se identifica com as características que não são tidas socialmente como corretas para seu sexo provoca nas crianças dúvidas e receios em relação a sua identidade de gênero gerando questionamentos tais como: o que sou, o que querem que eu seja e porque é errado ser como sou. Essas questões também provocam discriminações suscitadas por ideias e temas sexistas, no ambiente escolar, ou seja, aqueles que têm tendência a dividir homens e mulheres e fortalece problemáticas maiores que derivam dessa natureza, como é o caso da violência de gênero. Sendo assim, as reflexões sobre a relação gênero e educação se fazem necessária.

**Palavras-chave: Gênero, formação das identidades e educação.**

## **Introdução**

A categoria de gênero começou a ser discutida nos meios acadêmicos entre as décadas de 1980 e 1990 procurando desconstruir mitos acerca da naturalização das identidades e apontando para outras dimensões constitutivas dessa prática identitária, como é o caso da cultura e dos valores. É reconhecendo a construção das identidades como sendo um processo histórico-social que se ressalta o papel das instâncias sociais para essa formação, principalmente a escola, que oferece a criança o contato com as normas, dentre outros comportamentos necessários e aceitos pela sociedade.

O interesse por essa temática surgiu de reflexões reveladas por ocasião de estudos teóricos no decorrer de uma pesquisa sobre a violência de gênero que aborda especificamente a violência contra a mulher da qual sou integrante. O amadurecimento desse tema se deu em função de minha participação em um seminário temático, cujo tema era gênero e educação. A partir de então, percebi que essas questões fazem parte de um campo muito fértil, no qual procuro agora me inserir.

Dessa forma, esse texto procura compreender as dinâmicas das relações de gênero no ambiente escolar, discutindo sobre a contribuição da educação para essa construção, uma vez que o processo educativo tem papel determinante na formação das identidades de gênero.

Para alcançar esse objetivo se fez indispensável desenvolver uma pesquisa bibliográfica para melhor compreender os referenciais teóricos e as categorias discutidas ao longo do presente estudo. Ressaltando as importantes contribuições de teóricos como LOURO (2001, 2010) e SCOTT (1995).

## **Refletindo sobre gênero**

A questão de gênero na educação ainda é uma temática pouco explorada, entretanto esse debate e a construção de desigualdades no ambiente escolar vêm ganhando recentemente certa legitimidade no debate educacional.

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais”: a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir

às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1995, p. 75).

Simone de Beauvoir na década de 40 foi uma das primeiras autoras a falar sobre essa questão. Beauvoir defendia a expressão “*ninguém nasce mulher: torna-se mulher*”. Desde então passou a ser discutido por militantes feministas e estudiosas a questão do “construir-se sujeitos masculinos e femininos” a partir das normas culturais de cada sociedade.

Essa expressão de Beauvoir se transformou numa espécie de gancho que impulsionou diversas reflexões. Dentre elas despertou-se para a questão dessa construção não ser um processo biológico/natural, mas sim social e histórico. Ou seja, não é o fisiológico ou órgãos sexuais do indivíduo que vai defini-lo como um sujeito masculino ou feminino. Essa escolha é uma opção subjetiva que o sujeito faz a partir da cultura em que está inserido e que continua fazendo ao longo de toda sua vida, uma vez que essa construção acontece constantemente. “Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos (SEPESC, 2009, p.39)”.

Dessa forma Louro (2010) vem dizer que:

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou pensa sobre elas vai construir, afetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos (p.21).

Ou seja, as identidades não são naturais, mas socialmente adquiridas ao longo de um processo pedagógico e dependente dos contextos culturais e históricos. É esse processo pedagógico que vai definir a maneira de ser e agir dos sujeitos femininos e masculinos.

O modo como homens e mulheres se comportam em sociedade corresponde a um intenso aprendizado sociocultural que nos ensina a agir conforme as prescrições de cada gênero. Há uma expectativa social em relação à maneira como homens e mulheres devem andar, falar, sentar, mostrar seu corpo, brincar, dançar, namorar, cuidar do outro, amar etc. (SEPESC, 2009, p.40).

É, pois a partir das experiências adquiridas ao longo da vida e na interação com os demais indivíduos que ocorre à formação das identidades, pautadas também sobre as expectativas correspondentes a cada gênero.

Ao discutir gênero é importante pensá-lo em uma perspectiva diferenciada. A leitura do processo de formação das identidades tem que ser considerada a partir de uma perspectiva interacionista e construtivista. Interacionista, uma vez que se reconhece a importância da relação entre os sujeitos para que se dê essa construção, ou seja, é a partir da socialização do indivíduo que as identidades vão sendo construídas; e construtivista enfatizando que esse processo é contínuo, flexível e não algo pré-determinado. Pensar em gênero nessas perspectivas, é importante por que rompe com a ideia de naturalização.

Dessa forma, gênero aponta para a noção de que, ao longo da vida, através das mais diversas instituições e práticas sociais, nos constituímos como homens e mulheres num processo que não é linear, progressivo ou harmônico e que também nunca está finalizado ou completo (LOURO, FELIPE e GOELLNER, 2010, p.16).

“Os diferentes sistemas de gênero – masculino e feminino – e de formas de operar nas relações sociais de poder entre homens e mulheres são decorrência da cultura, e não de diferenças naturais instaladas nos corpos de homens e mulheres (SEPESC. 2009. p. 33)”. Assim, as identidades de gênero devem ser consideradas também dentro de contextos sociais, uma vez que o meio prescreve o papel de cada sujeito dentro da sociedade. No entanto, esses papéis se invertem, por que não é o meio que deve agir sobre o indivíduo, mais o contrário.

Cabe ressaltar que as informações e representações repassadas pelo meio – instâncias sociais, em especial a família e a escola - acabam sendo interiorizadas de diferentes formas. Disso resultam diferentes categorias de homem e mulher, sendo este um dos principais pontos ao entendimento das construções de gênero, pois é justamente no âmbito dessas interiorizações que se dá a construção dos sujeitos.

“Uma identidade é sempre, necessariamente, definida em relação à outra, depende de outra – na afirmação da identidade, inscreve-se a diferença (LOURO, 2001, p.98).” Ou seja, ao longo dos tempos a identidade masculina com características de superioridade entre outras características se construiu como um padrão e critério de

normalidade. Assim, tudo que foge desse padrão normatizado é tido como desviante. “Há que notar que, se a identidade normal é a grande referência, ela também se produz ao tomar o outro como limite e fronteira (LOURO, 2001. p.103). É essa fronteira que classifica, ordena e demarca poder.

### **Gênero e educação: problematizando mitos**

Desde a antiguidade o masculino e o feminino vêm sendo apresentados como categorias opostas que se apresentam em contraste um ao outro, resultando na posição de superioridade do sexo masculino sobre o feminino.

A mulher não é vista como um ser diferente e singular, mas como um ser inferior que é medido e qualificado a partir de um referencial masculino. Foi a partir das relações de poder entre os sexos que homens e mulheres passaram a se construir em oposição um ao outro. Oposição essa, que é chamada por Scott (1995) de oposição binária masculino-feminino, ou seja, o entendimento do masculino e feminino como pólos que são dicotômicos.

Esse mito vem sendo reproduzido durante muito tempo por todas as instâncias sociais, sendo a escola uma das principais instancias que contribui significativamente para reforçar essa desigualdade.

A escola esta absolutamente empenhada em garantir que os seus meninos e as suas meninas se tornem homens e mulheres “verdadeiros”, o que significa dizer homens e mulheres que correspondam às formas hegemônicas de masculinidade e feminilidade (LOURO, 2001.p.49).

O ambiente escolar não é um território homogêneo livre de preconceitos e discriminações, ao contrário nesse espaço existe, assim como em todas as demais instituições sociais, as desigualdades pautadas pelas diferenças e não só as relacionadas a gênero, mas a de classes, raça, entre outras.

Dessa forma, Louro ressalta que “a escola determina espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas (LOURO, 2010, p. 58)”. Ou seja, a escola e o cotidiano escolar acabam de maneira sutil se transformando num espaço onde são construídas diferenças.

Louro vem justamente enfatizar que é importante estar atento a essas formas de constituição do sujeito no fazer escolar para não cair na ideia de naturalidade, ao considerarmos maneiras de agir, sentir, comportar que são construções históricas e sociais como naturais.

[...] Gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporados por meninos e meninas, tornaram-se partes de seu corpo. Ali se aprende a olhar e a se olhar, aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a preferir [...] E todas essas lições são atravessadas pelas diferenças elas confirmam e também produzem diferenças. Evidentemente, os sujeitos não são passivos receptivos de imposições externas. Ativamente eles se envolvem e são envolvidos nessa aprendizagem-reagem, respondem, recusam ou as assumem inteiramente (LOURO, 2010, p.62).

São todos esses ensinamentos que distingue os meninos das meninas. Assim, pode se perceber que a escola inscreve todas essas normas nos sujeitos. Sobre isso se ressalta a necessidade de pensar sobre o que é natural ou não.

É comum ver nas escolas crianças separadas por filas de meninos e meninas, a separação entre eles na hora do recreio nas brincadeiras, as escolhas pelos brinquedos (meninas brincam de boneca e meninos de carro) entre outras práticas sexistas. São essas formações diferenciadas que acabam classificando os sujeitos nessa ou naquela categoria. São questões como essas que nos remete à discussão sobre a desigualdade e sobre as diferenças.

Faz-se importante, portanto, questionar essas situações, uma vez que esse modelo de educação que o sujeito recebeu, o que aprendeu como certo ou errado, permitido ou não é o que vai influenciar significativamente na construção de sua identidade de gênero.

### **Construção das identidades e a influência do educador**

A identidade biológica e a anatômica dos corpos diferenciam um sexo do outro, no entanto, como os indivíduos se tornam sujeitos femininos ou masculinos, como se percebem dessa forma, depende do que é transmitido desde que nascem até o fim da vida, já que essa definição se dá ao longo de um processo educativo.

A partir do momento que as crianças nascem elas são separadas pelo sexo, por isso são atribuídos a elas vários hábitos distintos que são compreendidos como natural no seu desenvolvimento. Sem perceber, a família se torna uma agente multiplicadora. A partir de então, norteados por essa distinção, começa a tratar os sexos como opostos, transformando-se em multiplicadores da ideia de desigualdade.

Nessa perspectiva, logo ao nascimento, meninos e meninas têm seus corpos lidos e significados são atribuídos a eles; as diferenças biológicas expressas por seus órgãos sexuais externos e o enquadramento daí derivado vão marcar suas vidas permanentemente. Daí decorre que o corpo seria a primeira forma de distinção social, derivando e marcando todas as outras construções (SAYÃO, 2003, p.71).

Desde então, já começam a associar as crianças, dependentes do sexo a que pertencem, certas cores, tipos de brinquedos, objetos, e até uma forma de tratamento diferenciada. Se for um menino as mães montam todo um enxoval azul, com carrinhos, bolas, ursinhos, palhaços, entre outras figuras e se for menina é tudo cor de rosa com lacinhos e florzinhas.

Porém, toda essa simbologia é culturalmente condicionada e vem sendo desde muito tempo transmitido aos indivíduos, o que faz com que essa questão seja entendida como algo natural, o que não é verdade. O que acontece é que os seres humanos por serem seres simbólicos acabam atribuindo valores e significados às coisas, como por exemplo, as cores e é devido a essa ideologia do que se pode ou não usar que são criadas ideias do tipo: homem não pode usar roupa rosa, mulher não pode usar boné, entre outras, ou seja,

Desde que nascemos somos educados/as para conviver em sociedade, porém de maneira distinta, caso sejamos menino ou menina. Esta distinção influencia, por exemplo, a decoração do quarto da criança, a cor das roupas e dos objetos pessoais, a escolha dos brinquedos e das atividades de lazer. Assim que mãe, pai e familiares recebem o resultado do ultrassom, passa-se a “desenhar” o lugar da criança. Se menina, roupas e decorações cor-de-rosa. Se menino, tudo azul. Num passado não muito distante, quando não havia o recurso de informação prévia do sexo biológico da criança, a maior parte do enxoval era verde água ou amarelo (SEPESC, 2009, p.48).

Essa colocação só vem a confirmar que é a família inicialmente que transforma esse processo de construção da identidade da criança em algo imposto e até forçado, ao invés de deixá-lo ocorrer naturalmente, pois uma vez que convivem de forma natural,

sem imposição, ambos os sujeitos aprenderam a se respeitar, de acordo com suas características e limitações que vão se apresentando a cada dia.

Nesse contexto, percebe-se que incentivar é diferente de impor, é preciso deixar que eles próprios se descubram, pois é o que vai acontecer quando um sujeito de um determinado sexo interage com outro, é a partir dessa interação que eles vão se reconhecer não como seres opostos, mas como pólos que supõem e contém o outro.

Louro vem dizer que quando as crianças entram na escola as ideias de que mulheres são frágeis, homens agressivos, mulheres não devem brincar de subir em árvore, homens não podem usar roupa rosa, todas elas, correspondentes a cada gênero, já estão inculcadas cabendo a essa instituição apenas fortalecê-las ou reconstruí-las.

É importante para o educador, principalmente para o pedagogo, que é preparado para trabalhar com as séries iniciais, estar sempre se vigiando quanto as suas escolhas metodológicas, atitudes e comportamentos para não ser um mero instrumento na reprodução desses papéis de gênero. É preciso que ele questione sua prática educativa, reconhecendo que:

Curriculos, normas procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processo de avaliação, são seguramente, *loci* das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe – são constituídas por essas distinções, e ao mesmo tempo seus produtores [...] É indispensável questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/as dão ao que aprendem (LOURO, 2010, p.64).

Sem conhecimento, os educadores se acostumam a não deixar meninos brincarem de bonecas ou casinhas a não incentivar meninas a soltar pipas, nem tão pouco brincar de pião. Pelo contrário eles fortalecem a visão de que a menina deve brincar de casinha (preparando para mais tarde cuidar de seu lar) e brincar de bonecas (que são representações de seus filhos), ou seja, influenciando a menina a ocupar o espaço privado, enquanto os meninos vão trabalhar fora, cuidar dos bois ou dos carros (preparando-os para o trabalho, entendido como o espaço público). São brincadeiras como estas, que a principio, parecem inocentes que futuramente acabam por refletir em suas atitudes e personalidade quando adultos.

É criada a imagem de um homem provedor que tem o dever de trabalhar, e para a mulher uma imagem de um ser dócil que deve ficar em casa cuidando dos filhos e das tarefas domésticas. Uma relação desigual de poder que coloca a mulher num patamar



abaixo, pois o homem é quem tem o capital para manter a casa, e por isso deve ser mais valorizado que ela, podendo subjugar-la como uma subalterna. É um homem durão, macho, agressivo que cria para si próprio a noção de proprietário da vida das mulheres e com isso se veem no direito de fazer o que quiserem com elas, inclusive agredi-las. Todas essas ideologias acabam se transformando em tensões bem maiores como é o caso da violência de gênero.

É nesse contexto que se enfatiza a urgência de se trabalhar gênero no ambiente escolar, acreditando que a partir de uma educação pautada na igualdade de gênero essas práticas violentas cometidas contra as mulheres que afirmam uma masculinidade agressiva e uma feminilidade submissa cessariam.

Para isso, até as simples ações tomadas pelo educador em sala de aula fariam com que esse discurso passe a ser questionado pelos alunos. A forma como a professora organiza sua prática, deixando disponível um rol de possibilidades, sem determinar posições, tarefas e comportamentos vão contribuir para a desconstrução das desigualdades e para a reconstrução de significados.

### **Considerações finais**

Espera-se que esse estudo venha a contribuir para um despertar, uma transformação no olhar. Uma vez que a escola não é apenas um ambiente de reprodução de desigualdades, mas também de problematização e produção de conhecimentos, sendo, portanto, considerada como um espaço privilegiado para a desconstrução das práticas distintivas.

Problematizar e refletir sobre todas essas questões ressaltadas, implica em reconhecer que existem múltiplas formas de ser masculino e feminino e não apenas as categorias que nos são apresentadas e também em reconhecer as transgressões a essas categorias como algo natural, uma vez que o momento de construção das identidades de gênero é um momento de experimentação e identificação.

No mais, esse trabalho é um convite para que os futuros educadores reaprendam a enxergar esses atributos tidos como naturais de uma maneira diferente. Que a partir dessa discussão eles possam começar a ver o que lhe é natural e familiar com

estranheza, questionando tudo que vem sendo imposto ao homem e a mulher. E, uma vez conscientes da influencia de seu comportamento na formação de seus alunos, eles possam vir a se vigiar para não ser apenas um reprodutor dessas desigualdades, mas sim, juntamente com a escola, se transformar num problematizador e transformador das desigualdades de gênero.

## **7.0. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

GOMES, Vera Lucia de Oliveira. **A construção do feminino e do masculino no processo de cuidar de crianças em pré-escolas.** Texto contexto-enferm. Mar 2006, vol.15, n:1, p. 42-55. ISSN. 0104-0707.

**Gênero e Diversidade na Escola Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais.** Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília : SPM, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. A emergência do gênero. **In: Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. A construção escolar das diferenças. **In: Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista.** 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade.** Coleção currículos, políticas e práticas. Porto editora, 2001.

FELIPE, Jane. GOELLER, Silvana Vilodre. LOURO, Guacira Lopes. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação.** 6. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **In: Educação e realidade.** Porto Alegre, V. 16. N. 2, 1995.

SAYÃO, Déborah Thomé. **Pequenos homens, pequenas mulheres? Meninos, meninas? Algumas questões para pensar as relações entre gênero e infância.** Pro-Posições, v. 14, n. 3 (42) – set./dez. 2003